

POLÍTICA DE TURISMO, PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO e DESENVOLVIMENTO DE BASE LOCAL: premissas e estratégias para políticas públicas de turismo em Canudos, Bahia

Antônio José Batista de Azevêdo¹

RESUMO: Artigo resultante de pesquisa de campo realizada durante o curso de mestrado em Análise Regional do PPDRU da Universidade Salvador (Unifacs), no período de 2007/2008. Baseia-se em estudo de caso sobre o Parque Estadual de Canudos (PEC), município de Canudos, BA, Brasil. Apresenta proposta metodológica construída como subsídio ao modelo de Planejamento para o Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS). São abordados aspectos do cenário socioambiental e econômico de Canudos e do PEC. O autor analisa a premissa do DRS na perspectiva do turismo de base local, fundamentada no planejamento estratégico e políticas públicas voltadas para o turismo seletivo como alternativa à superação dos índices muito baixos de desenvolvimento apresentados pela Superintendência de Estudos e Informações Sociais (SEI) para o município. Expande seus conceitos para o empoderamento da comunidade nativa. Trata-se de suscitar uma reflexão com vistas a discutir as possibilidades de transformar o Parque em instalação qualificada para o turismo, adquirindo assim, condições de sustentabilidade.

Palavras-chave: Análise regional; Desenvolvimento sustentável; Turismo; Base local; Canudos

A análise e avaliação da dimensão social e econômica de um local e sua região são cruciais para se compreender os motivos que determinam a atividade humana, a fim de que não se cometam os equívocos de tratamento dado pela interpretação da economia tradicional a respeito da dimensão espacial, ao postular que “as desigualdades dos níveis de produção *per capita* entre regiões seriam eliminadas automaticamente” (FERREIRA, 1989: 45-61). De acordo com Pedrão (1999:6), são os seguintes os pressupostos que justificam os estudos de análise regional, assim considerados como condição *sine quo non*:

- a) há uma genuína regionalidade no modo de funcionamento da natureza e no da sociedade, que faz com que a produção e os usos do espaço sejam inerentes ao modo de produção capitalista;
- b) as condições regionais da natureza e da sociedade mudam, de modo não necessariamente regular, com diversos tipos de assimetria, segundo elas representam os blocos de tecnologia e os ciclos de tecnologia que se opera;
- c) as tendências de estruturação regional da economia têm uma relação necessária com as tendências de entropia energética e de concentração de capital.

Sasaki (2006a:9) observa que o espaço local ou regional pode ser avaliado, também, como *um tipo de mercadoria*, visto que cada lugar, na perspectiva do consumidor, tem um valor no tempo e espaço de seu interesse. Esses dois fenômenos — a nova maneira de se fazer análise

¹ Mestrando em Análise Regional pela Universidade Salvador – UNIFACS. E-mail: azevba@yahoo.com.br. Orientador: Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura. E-mail: edivaldoboaventura@terra.com.br.

regional e o lugar como mercadoria — se constituem como idealizações humanas, perpassando todos os domínios da vida humana e fazendo a diferenciação da dinâmica social de cada espaço sob o domínio humano.

À luz dessas reflexões, o propósito do presente artigo é o de oferecer um leque de subsídios aos estudos a respeito de desenvolvimento regional e local para o município de Canudos (BA). Nelas, o que se encontra é uma abordagem a partir de referências conceituais e do material empírico pesquisado. O que está em jogo é o exame das possibilidades convergentes com as necessidades de planificação e dinamização das atividades econômicas próprias do espaço local, assim como a respectiva intervenção para o desenvolvimento da região, a exemplo do impulso observado nas práticas da modalidade de turismo sertanejo. Daí, a necessidade de compartilhar essas reflexões com os leitores e interessados pelo tema.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM AMBIENTE TURÍSTICO COM SUSTENTABILIDADE DE BASE LOCAL

Vejam, primeiro, em que consiste o conceito de desenvolvimento sustentável (DS), aqui considerado como capaz de embasar as premissas sugeridas. Neste sentido, destaca-se a definição dada por Buarque (1999:31), após suas experiências no Nordeste e no Paraná, como:

O processo de mudança social e elevação da qualidade das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e da solidariedade entre gerações. Responde a patamares verificados por índices de desenvolvimento humano, social e econômico aceitáveis pela comunidade internacional e havidos como aptos para prover a dignidade humana.

Sabe-se também que, segundo a declaração sobre sustentabilidade turística, extraída da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo (2002), o DS deveria ser construído sobre três pilares interdependentes e mutuamente sustentáveis: *desenvolvimento econômico, social e ambiental* (SASAKI, 2006b). Estes pilares, desde então, foram plenamente aceitos pelos técnicos de planejamento e de meio ambiente, estudiosos e classe política com o intuito de prover os povos de possibilidades de superação dos seus estágios de pobreza, desperdícios, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento populacional desordenado, conflitos e violência contra os direitos humanos. Seus pressupostos contemplam, ainda, a igualdade de gêneros e a distribuição de serviços como saúde, água potável e outros, por meio de políticas públicas sociais, sobretudo, distributiva de renda e ocupação com sustentabilidade.

Neste contexto, cumpre sublinhar a necessidade do uso responsável dos recursos naturais ao tratar de desenvolvimento socioeconômico das populações, visto que há uma estreita relação entre ambos — a natureza que em sua constituição é frágil e a ação do homem, quando não respaldada por limites éticos e de planificação, torna o espaço desestruturado e degradante. Essa relação constitui-se em condição indispensável para a construção de uma aliança positiva entre os agentes da economia e da ecologia, da qual depende da evolução da sociedade onde se implante (SILVA e PERNA, 2002). A esse respeito, Bursztyn (2007: 14) ao prefaciar o livro de Chacon (2007), diz que “a noção de DS, traz, no seu bojo, o princípio de que não se deve brigar com a natureza, mas sim, conviver com suas características e limitações impostas”. Assim,

percebe-se como implícitos, a existência de três aspectos indispensáveis para essa composição, quais sejam: capacitação, tecnologia e inovação no lugar.

Assim, o foco da sustentabilidade consiste em assegurar, aprimorar e criar as melhores condições de vida para a população em geral e para o ecossistema como um todo. Esse fim, portanto, é obtido com medidas nas quais os agentes econômicos e sociais, envolvidos no processo, se apresentem com postura ética e de colaboração em relação à comunidade, clientes, funcionários, fornecedores e ao meio ambiente.

O conceito de sustentabilidade implica a harmonização das diversas dimensões do conhecimento sobre desenvolvimento de modo orgânico, baseado em metas para o crescimento sem comprometer os recursos ambientais para usufruto das gerações futuras. Essa compreensão guarda íntima relação com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (1972), e também com o relatório *Nosso Futuro Comum*, produzido pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cmmad), em Brundtland (1987), quando a expressão Desenvolvimento Sustentável foi difundida de forma universal, do ponto de vista acadêmico e leigo (SASAKI, 2006b).

Este conceito de sustentabilidade é polidimensional e abrangente em vários níveis da organização espacial, desde o seu interior à vizinhança local e até às partes mais remotas do planeta. Entende-se por isso que, para se atingir o DS, as dimensões político-administrativas territoriais, concernentes ao poder local, devem estar com sua dinâmica social e econômica assentadas no empreendimento humano, conforme o relatório de Brundtland (1987). Não por outro motivo, o DS implica o atendimento das necessidades das populações-alvo em quatro requisitos básicos: *Ecologicamente Correto* (capacidade de suporte e de funcionalidade dos ecossistemas, disponibilidade e uso de recursos); *Economicamente Viável* (lucratividade, *empowerment*¹ e qualidade total do trabalho); *Socialmente Justo* (distribuição dos grupos humanos e de suas atividades econômicas e sociais) e *Culturalmente Aceito* (aspectos de equidade com respeito e transferências de capital e produtos; cultural, global, nacional e regional; político-institucional e processo decisório) — (CLAR, 1998:24-25).

Dessa forma, portanto, economia, sociedade, ecologia e cultura podem ser vistos como subsistemas da totalidade complexa de sustentabilidade, constituindo uma identidade integrada e organizada para o planejamento e adoção de políticas em um lugar, onde cada um dos subsistemas, praticamente, define os limites e os condicionantes dos outros (BACELAR & BEZERRA, 1999). Entretanto, para a aplicação desse enfoque, o gestor comprometido com o lugar deve considerar quatro condicionantes importantes como objetivos da sociedade contemporânea para alcançar o desenvolvimento sustentável, a democracia e a participação. Ressalta-se, desse rol, a participação plena do cidadão, por ser este visto como o fator principal para a sustentação e a viabilidade política, necessárias ao desenvolvimento sustentável com planejamento e políticas públicas.

POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Marinho e Bruhns (2008) identificam o planejamento estratégico e políticas públicas sociais como duas ferramentas significativas para o alcance do desenvolvimento sustentável. Por causa disso e com relação ao turismo, tais autores propõem uma metodologia de intervenção (Marinho e Bruhns², 2003:101, apud PELLEGRINO, 2008: 6):

[...] inverter as tendências de muitos estudos de planejamento e gestão do turismo, que colocam o foco sobre as expectativas e exigências do turista,

preterindo e deixando em segundo plano os desejos e anseios das comunidades receptoras, comprometendo, muitas vezes, a qualidade de vida dos seus residentes.

Sabe-se que a proposição do Estado mínimo — que a nova ordem mundial vem defendendo e implementando desde a década de 1980 — implica as questões sociais em função da crescente exclusão por ela provocada. Assim, a adoção de políticas públicas pode tornar as sociedades mais ricas ou mais pobres. Em ambos os casos, carentes do exercício de um mediador civilizado para regular as relações e conflitos sociais. Um contexto assim tem suscitado, na grande maioria dos países, como no Brasil, o aparecimento de movimentos sociais, de lideranças comunitárias e de organizações não-governamentais.

Por políticas públicas, Degennszajh (2000:59) entende o que se constitui como

[...] linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais e garantidos em lei. É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual.

Depreende-se desse entendimento que as políticas públicas econômicas, ambientais e sociais implicam atenção prioritária aos setores de educação, saúde, transporte, segurança, habitação, trabalhista, previdenciário, sindical e agrária. Todas elas, porém, têm como objetivo a valorização do ser humano. E, considerando tais amplitudes, cabe então perguntar:

- ✓ Que ou qual (is) política(s) pública(s) de caráter macro seria(m) significativa(s) para a valorização social e econômica das populações do entorno do Açude de Cocorobó, em Canudos, BA?
- ✓ De que origem — federal, estadual ou municipal — seria(m) essa(s) política(s) pública(s)?
- ✓ Quem seria o gestor?

A implementação de políticas públicas em dado lugar ou espaço tem como consequência a geração de um conjunto de princípios, diretrizes, normas e objetivos, a fim de orientar os agentes públicos quanto à natureza e origem dos recursos, ao tempo, aos investimentos e às áreas de ação. Eis o que é relevante na implementação das políticas públicas: a unidade gestora, especialmente as que priorizam o social no Brasil, decorre da “ação gerencial que se desenvolve por meio da interação negociada entre o setor público e a sociedade civil” (ROZEMBERG, 1996:171).

Esta gestão compartilhada é impulsionada pelo fato de que os governos têm procurado novos entes — como, por exemplo por exemplo, as ONGs e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) para administrar o modelo de Estado neoliberal e de economia globalizada por meio da descentralização dos poderes, da valorização da cidadania, o que pressupõe a construção de inter-relações entre o poder público, os cidadãos e as organizações que os representam. Aliás, como previstas na Constituição Federal de 1988.

Finot (2005:30) assinala: “Hoy en dia la descentralización política cobra nueva importancia, ya no solamente para avanzar en ciudadanía y inclusión social sino también em desarrollo económico”³.

É importante salientar que as políticas públicas também visam, de certo modo, a reforçar as estruturas locais de poder, mesmo que, preferencialmente, atuem como instrumento de desenvolvimento no combate à exclusão social. Nessa direção, por exemplo, as políticas públicas

brasileiras para o turismo impõem como suporte estruturante o seguinte: a existência de inventariação de bens materiais e imateriais, de Conselhos Municipais de turismo e ambiental, de Plano de Manejo, de estudo de carga dos recursos turísticos, além de outros procedimentos e requisitos para a atividade turística sustentável.

No entanto, como advertência, convém observar que as políticas públicas sociais, tanto no gênero quanto na espécie, são passíveis de manejos eticamente nocivos que favorecem ora a corrupção, ora o patrimonialismo. Daí, a importância extrema que deve ter o planejamento dessas políticas com a participação da comunidade para evitar distorções na aplicação dos recursos financeiros.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E TURISMO

Sabe-se que a adoção de planejamento na atividade turística aponta para a necessidade de canalizar e dinamizar esforços comuns, os quais justapõem interesses compartilhados entre as partes envolvidas no processo. Dias (2007:155) define o planejamento como

[...] um processo racional de tomada de decisões, [porque] evita medidas improvisadas, que podem não corresponder às realidades e potencialidades locais; por outro lado, possibilita a adoção de medidas que, em outras circunstâncias, poderiam ser mal interpretadas. O planejamento em áreas naturais possibilita a integração de vários interesses — econômicos, sociais, políticos e ambientalistas — e contribui para que a conservação da biodiversidade integre-se em processo de desenvolvimento local, regional e nacional. Dois importantes instrumentos do planejamento são: a avaliação do impacto ambiental e da capacidade de carga...

À luz desse entendimento e também de acordo com Buarque (1999), Neiva (2001) e Pellegrino (2008), pode-se afirmar que o planejamento estratégico torna-se ferramenta indispensável para tratar com adequação lugares promissores, ainda que estagnados, decadentes ou deprimidos socioeconomicamente. Sua eficácia, porém, é preciso reiterar, reside em seu caráter participativo. Nessa perspectiva, Silveira (2001) ressalta a necessidade de se fazer planejamento direcionado para o turismo de forma integrada e compartilhada com o poder público, lideranças comunitárias, ONGs, setor privado e a comunidade local. Tendo em vista que a comunidade local

é uma condição sumariamente necessária para haver um desenvolvimento autossustentável, se assim não ocorrer, qualquer plano estará fadado a desabar. E, para que a população realmente participe, ter-se-á de lhes fornecer condições, isto é, dotá-la de informações, esclarecimentos e principalmente da condição de cidadãos, pedra fundamental para um planejamento turístico que vise o desenvolvimento social, cultural e ambiental de uma região, para que se tenha efetivamente a garantia da implantação de um verdadeiro ecoturismo. (LEONY, 2000:15)

A seguir, serão abordados aspectos concernentes ao turismo de base local, considerando esta como a atividade aglutinadora das possibilidades de desenvolvimento da comunidade canudense. Para que o turismo de base local se viabilize, há que torná-lo planejado, mediante a participação ativa dessa população-alvo, como meio de partilhar a responsabilidade no processo de tomada de decisão, na elaboração e gestão dessa política pública. Acredita-se que o turismo

pensado de acordo com as necessidades locais, muito contribuirá para diminuir as desigualdades regionais, gerar renda, promover o desenvolvimento sustentável, proteger o meio ambiente e o patrimônio histórico-cultural, evitar o êxodo rural, dentre outros fatores (LOMBARDO e CASTELLA, 2000).

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O turismo é uma das mais importantes atividades econômicas do mundo contemporâneo e vem se consolidando principalmente nas localidades onde se dá importância capital à preservação e conservação da cultura, prestação de serviços, melhoria dos equipamentos de infraestrutura, surgimento de novos empreendimentos, geração de ocupação e renda (RODRIGUEZ, 2007). Nessa perspectiva, o planejamento feito para esse fim deve priorizar a realidade e os valores locais, a fim de que possa tornar-se estratégico. Esses cuidados, sem dúvida, promovem o aquecimento da economia em nível regional, propiciando a elevação do nível e da qualidade de vida das comunidades receptoras, como observa CARVALHO (2007).

Eis então a premissa fundamental: o sucesso do turismo em um destino, qualquer que seja a sua modalidade, deve ser precedido de planejamento. Provavelmente, é em função dessa lógica que Alfaya (2007) chama a atenção para outra importante variável nesse processo, ao enfatizar a necessidade da presença de gestores competentes para o exercício da atividade turística. Tais gestores serão os responsáveis pela manutenção e caracterização dos recursos socioculturais e ambientais, pela atratividade turística e a qualidade de vida da comunidade local.

Nota-se, pois, que o conjunto desses elementos estruturantes não vicejará, por exemplo, em Canudos, se não forem implantadas, como suporte, políticas públicas voltadas para tais finalidades.

Entretanto, Ruschmann (2000:49), ao assinalar a importância dos valores dos patrimônios materiais e imateriais dos lugares, adverte:

O patrimônio cultural é um elemento essencial para o desenvolvimento turístico. Ele é extremamente frágil e algumas explorações intensivas o alteram de forma irreversível. Mesmo assim, é preciso considerar sua utilização para o turismo, indispensável para o desenvolvimento socioeconômico de certas regiões.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA ATIVIDADE TURÍSTICA DE BASE LOCAL

Segundo Ruschmann (2000: 49-54), o turismo planejado estrategicamente, poderá se desenvolver em harmonia com o meio ambiente, posto que:

- a) garantirá o equilíbrio entre os agentes de proteção ambiental e os empreendedores de equipamentos e serviços turísticos;
- b) demonstrará que não existe um turismo *bom* ou *mau*, isto é, um que respeite o meio ambiente e outro que o destrói;
- c) a qualidade do meio ambiente passará a constituir-se na base do turismo qualitativo, que apresenta certos custos.

Por outro lado, uma variável crucial, que não pode ser desconsiderada no planejamento para o turismo, refere-se ao estudo de carga. O planejador deve avaliar a capacidade instalada do

lugar, ou seja, o fato de que cada lugar turístico, como todo ambiente produtivo, tem uma capacidade instalada possível, um limite máximo de visitante-turista (PIRES, 2003).

Os benefícios da atividade turística em um destino, de modo geral, são múltiplos e suplantam os malefícios causados à sociedade. Para tanto, se faz indispensável uma avaliação periódica do grau dos impactos verificados, o que pode se constituir em leque de oportunidades. Nesse sentido, Dias (2003a e 2003b) vê esse procedimento como uma possibilidade de o lugar crescer muito, se cada aspecto da influência do turismo na sociedade beneficiada for detalhado e acompanhado por órgãos normalizadores e fiscalizadores da atividade.

Por todo o exposto, percebe-se claramente que o turismo, devido à sua abrangência na constituição de *trades e clusters*, compõe uma indústria de largo espectro, pois envolve setores dos sistemas primário, secundário e terciário da economia. Por isso não pode prescindir, em seu monitoramento, do estabelecimento de horizontes temporais de metas de crescimento programadas e elaboradas. É o que deve acontecer por meio de um plano econômico construído pela maioria, senão por todos, ao menos por segmentos populacionais ou por indivíduos interessados. Tal plano pode ser definido como um conjunto específico de metas econômicas e sociais, quantitativas e qualitativas, a serem alcançadas em dado espaço e território (LAGE e MILONE, 2001). No endosso desta orientação, o então Ministério da Indústria e Comércio e Turismo (MICT), por meio da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), recomenda:

[...] se o turismo for bem planejado e implantado, ele contribui para diminuir as desigualdades regionais; gerar renda; integrar ao mercado de trabalho um contingente populacional de baixa qualificação profissional por meio de execução de atividades correlatas; promover o desenvolvimento sustentável de áreas com destacado patrimônio ambiental; fixar o homem à sua região evitando o êxodo rural; proteger o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural; integrar socioeconomicamente as população. (LOMBARDO e CASTELLA, 2000:90).

Turismo

De acordo com Machado (2007), o turismo é um fenômeno de caráter social e geográfico que consiste no deslocamento espacial, temporário e voluntário de pessoas, realizado de forma individual ou coletiva. Por conseguinte, apresenta como fator motivador fundamental, a alteridade, que é alcançada na busca da satisfação pessoal. Esta pode ser sustentada pelo lazer, recreação, descanso, cultura e, em casos específicos, a saúde. Assim, torna-se necessário reportar-se às questões anteriores para se saber o que, por exemplo, a municipalidade de Canudos está fazendo para atrair e reter o turista em sua circunscrição.

Nessa perspectiva, mostram-se adequadas as reflexões sobre a vigência da atividade turística em Canudos, a partir de Sasaki (2006b), para quem o turismo é “uma atividade que integra ecossistemas, culturas e serviços”. Por isso, o planejamento estratégico constitui ferramenta decisiva para o alcance da sustentabilidade derivada do desenvolvimento social e econômico, sobretudo das áreas protegidas ou vulneráveis, como é o caso da região canudense, localizada no bioma caatinga do nordeste baiano.

O Turismo Sertanejo no Contexto do Desenvolvimento Sustentável

Na compreensão do conceito de turismo de base local pode incluir-se o turismo sertanejo. Seabra (2007) reporta-se a este como um modelo estrutural sistêmico, cuja sustentação se dá através dos elementos naturais, socioeconômicos, culturais, regionais e locais, tanto do ponto de

vista de quem oferta os serviços como do de quem os procura para o consumo. É muito difícil, senão impossível, pensar o lugar, o *locus* do turismo com base local, estando ele inserido em uma economia de mercado mundializada. Por conseguinte, de nada adiantaria um planejamento global se não houver as iniciativas indispensáveis ao desenvolvimento do lugar, se não forem consideradas suas peculiaridades intrínsecas, como sublinha esse autor.

Ainda segundo Seabra (2007), os custos para implantação da estrutura na concepção sertaneja são baixos, quando comparados aos de estruturas feitas para modelo de turismo exógeno, tanto na implantação como na manutenção. Trata-se do fato de que proporciona maior integração dos componentes do sistema produtivo, incentiva a inserção de novos serviços e produtos na economia local, e impulsiona a elevação do padrão de vida da comunidade residente.

Também observa Seabra (2007) que o turismo sertanejo se insere na categoria do turismo exótico, pois é um misto de turismo rural, ecoturismo e turismo cultural. Esta modalidade de turismo valoriza, sobremaneira, a identidade cultural regional e contribui para a melhoria das condições de vida da comunidade local. O turismo sertanejo tem como atrativos: médias e pequenas propriedades rurais, sítios policultores, pequenas e médias cidades e povoados sertanejos, feiras-livres e mercados públicos, manifestações culturais e folclóricas populares, arranjos produtivos locais, produção artesanal, personalidades emblemáticas, cultos e festejos religiosos, além da culinária regional.

Articula-se a esta modalidade de turismo a concepção de desenvolvimento local. O termo é definido por Perez e Carrillo (2000) como um construto que representaria uma abordagem ampliada de desenvolvimento, na qual se focaliza o aproveitamento dos talentos humanos, dos recursos naturais e de infraestrutura, na perspectiva de aproveitamento dos recursos endógenos ou de base local.

Un verdadero modelo de turismo sostenible, deberá tener un fundamento local, soportado espacialmente en el lugar, como base para la existencia de las comunidades y la cultura local. En este sentido, la concepción de Turismo de Paisajes, como una modalidad de análisis científico, de objeto de diseño y de gestión social, puede convertirse en una herramienta efectiva a la hora de potenciar y movilizar a la población para construir y conquistar la sostenibilidad en los procesos de explotación turística⁴. (RODRIGUEZ, 2007:99)

Por isso, os municípios brasileiros, sobretudo os do Semiárido, para viabilizar seus planos de turismo com sucesso, devem produzir estratégias próprias de desenvolvimento, no sentido de promover a existência de uma rede de interesses afins, a partir de organizações sociais, instâncias governamentais, empresários, trabalhadores, instituições de ensino, turistas, e a comunidade. Dessa forma, torna-se possível ampliar a qualidade do produto turístico existente; diversificar a oferta turística; aumentar e qualificar o mercado de trabalho; propiciar a inserção competitiva do produto turístico local no mercado internacional; fomentar o consumo do produto turístico no mercado nacional e fazer crescer a taxa de permanência e gasto médio do turista (DIAS, 2003a: 142). Evidentemente, “uma das premissas fundamentais do turismo ambiental é o de não só satisfazer as necessidades dos visitantes, mas também, e principalmente, beneficiar as populações hospedeiras” (RODRIGUES, 2000:12).

Ecoturismo

Dias e Aguiar (2002) afirmam que o ecoturismo é uma modalidade de turismo considerada endógena ou de base local. Assinala Rocha Neto (1997:141, apud FARIA & CARNEIRO, 2000:39)⁵, que o ecoturismo constitui uma “forma de exploração planejada ou,

ainda, como estratégia de dominação sobre os países em subdesenvolvimento, porém ainda ricos em ecossistemas naturais de interesse turístico”.

Além disso, o ecoturismo vem sendo o tipo de turismo que mais cresce em regiões menos dinâmicas, como acentuam documentos da OMT (2001). Em outras palavras, o ecoturismo tem sido a modalidade de turismo mais indicada para fomentar o desenvolvimento de áreas rurais ou periféricas de todo o planeta — seja de maneira isolada ou associada a outra forma de turismo, pois enfatiza a importância dos acervos histórico-cultural e ambiental que repousam no espaço escolhido. O ecoturismo permite, assim, a formação de uma cadeia de atividades socioeconômicas de largo espectro, como se pode depreender a partir da conceituação proposta por Spínola (2005:89), ao abordar as diversas facetas que envolvem essa vertente da atividade turística:

[...] modalidade de turismo inspirada primordialmente na história natural de uma área incluindo sua cultura indígena. O ecoturista visita áreas relativamente pouco desenvolvidas em um espírito de apreciação, participação e sensibilidade. Pratica um uso não consumista da vida silvestre e dos recursos naturais, contribui para a área visitada mediante a geração de empregos e de financiamento direto para a conservação do espaço e a melhoria das comunidades receptoras. Ecoturismo implica um manejo planejado por parte das zonas receptoras (ZIFFER, 1989:6 *apud* HAWKINGS e KAHN, 2001:206)⁶.

Percebe-se também que o desenvolvimento de um local, com a adoção do ecoturismo, só é possível se for da vontade dos agentes econômicos e planejada convenientemente. Entretanto, Brenchin et al (1991:21) advertem que o nível de consequências da prática do ecoturismo não é apenas natural, mas também humano e dependente. Assim, “apenas sob determinadas condições [...] e com planejamento adequado, os benefícios do desenvolvimento econômico se reverterão para a comunidade local”, sob pena de sua degradação.

Canudos: perfil e potencial turístico

O município de Canudos pertence ao território de identidade cultural denominado de Sertão do São Francisco ou território de identidade número 10, localizado na região nordeste da Bahia. É integrante do Conselho Regional de Turismo e do projeto *A Caminho dos Sertões*, que compreende 15 municípios, a saber: Araci, Banzaê, Candeal, Canudos, Cipó, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Itapicuru, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Uauá (BAHIA, 2005:81).

De modo geral, esta região apresenta indicadores socioeconômicos deprimidos. As informações técnicas sumarizadas do município, segundo o Censo do IBGE de 2007, estão definidas em: 14.656 habitantes, com taxa média populacional de crescimento de 1,065 %, Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) no patamar de 4971,87, posição no ranking de 311º em relação aos 417 municípios baianos, e Índice de Desenvolvimento Social (IDS) com escala de 4.990,95 ou 206º no ranking dos municípios baianos (SEI, 2006).

Todos esses índices evidenciam um processo preocupante, pois refletem um cenário socioeconômico de estagnação e de pouca visibilidade econômica no contexto baiano. Também mostram situações desconfortáveis para a dignidade humana, ao tempo em que apontam para a necessidade de superação das desigualdades sociais existentes por meio da potencialização e dinamização da riqueza local.

Essa riqueza em Canudos é a de seus recursos naturais, históricos e culturais, já tendo sido documentada em filmes, exposições fotográficas, gravuras, pinturas e literatura de cordel. Trata-se de um patrimônio do qual, como indica Sasaki (2006b), pode-se fazer o planejamento do turismo na perspectiva da sustentabilidade, a fim de se obter a superação do nível de desenvolvimento socioeconômico atualmente observado. Acredita-se, portanto, que, havendo planejamento para o turismo com sustentabilidade, tornar-se-á viável a possibilidade de ganhos e oportunidades de desenvolvimento e lucro aos investidores em turismo, em face de sua autenticidade e particularidade diante de outros ambientes turísticos de caráter similares no âmbito regional.

Cumpra observar que, pelo fato de o município de Canudos se encontrar no centro de um bioma semidesértico — sob efeitos de flagelização intensiva —, torna-se imprescindível a elaboração de planejamento para um modelo de turismo que atue sob o suporte dos eixos fundamentais dos pressupostos do desenvolvimento sustentável, quais sejam: economicamente viável, ecologicamente suportável e justo do ponto de vista ético e social (SASAKI, 2006b).

O planejamento para o turismo, portanto, deve considerar seus quatro pilares, que são: o turista; a relação entre o turista e a comunidade local receptiva; a estrutura e o funcionamento do sistema turístico; e as consequências do turismo, sobretudo no espaço receptivo (COHEN, 2002:51, apud, DIAS, 2003a:18)⁷.

Percebe-se que a fundamentação do desenvolvimento sustentável neste sítio turístico do território baiano ampara-se na Carta de Lanzarote, elaborada durante a realização da Conferência Mundial de Turismo Sustentável em 1995, que assim o define:

O desenvolvimento sustentável é um processo orientado que contempla uma gestão global dos recursos com o objetivo de assegurar sua durabilidade, permitindo conservar nosso capital natural e cultural, incluindo as áreas protegidas. Sendo o turismo, um poderoso instrumento de desenvolvimento, pode e deve participar ativamente na estratégia de desenvolvimento sustentável. Uma boa gestão do turismo exige a sustentabilidade dos recursos dos quais depende (SASAKI, 2006:86).

Do conjunto de atrativos existentes no território canudense, há alguns, singulares, de valor histórico, cultural e ambiental, destacando-se, dentre eles, o Parque Estadual de Canudos (PEC).

Configura-se também como importante para o município de Canudos, na perspectiva de estruturação do turismo de desenvolvimento sustentável de base local, que a sua representação nas reuniões do Conselho Regional de Turismo se faça sistematicamente atuante. Além disso, a participação dos municípios brasileiros no sistema nacional de turismo, seguindo o modelo do MTur (Ministério do Turismo), requer que cada municipalidade tenha, em sua estrutura administrativa, órgãos como: Secretaria de Turismo, Conselho Municipal de Turismo e, assim, o Fundo Municipal de Turismo (dentre outros). Canudos, ao que se sabe, até este momento não dispõe desse suporte estruturante.

A ausência desses órgãos técnicos em Canudos, por certo, o impede de ter políticas públicas voltadas para o turismo. Por isso afasta-o da participação no diálogo com outros municípios, o Estado e a União para tratar de políticas comuns ao fomento do turismo. Atendidos esses pressupostos, o turismo de base local tem tudo para se firmar como matriz econômica de largo espectro social para o município de Canudos, o que significa dotá-lo de infraestrutura básica e de estrutura de negócios apropriada à prática do turismo sustentável, sob o domínio do poder local. Todavia, sem que essa alternativa tenha a dimensão política que a sustente, vale dizer, o compromisso do Estado de torná-la exequível, Canudos persistirá como se lê no

documento *Século XXI — Consolidação do turismo*: estratégia turística da Bahia, isto é, como lugar desvinculado do circuito turístico estadual.

Parque Estadual de Canudos como vetor econômico regional

Um parque constitui-se em um espaço protegido, entendido como uma porção de terra e/ou mar especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica, de seus recursos naturais e culturais associados, cujo manejo obedece aos preceitos legais e culturalmente apropriados, desde que efetivos (União Internacional para a Conservação da Natureza — IUCN, 1994). À luz desse entendimento, um parque nacional corresponde a uma área protegida e manejada especificamente para proteção de ecossistema e recreação. O Parque Estadual de Canudos corresponde a este perfil.

Os parques, conforme a literatura especializada, nascem como uma tentativa do homem de proteger o que resta dos atributos naturais, históricos e culturais de uma sociedade (BRITO, 2005). Nessa expectativa é que foram criados na Bahia o Parque Estadual de Canudos, o Parque de Castro Alves e o Parque Nacional da Chapada Diamantina; este último, através do Decreto Federal n.º 91.655, cujo objetivo é:

Proteger amostras dos ecossistemas da Serra do Sincorá, na Chapada Diamantina, assegurando a preservação de seus recursos naturais e proporcionando oportunidades controladas para uso pelo público, educação, pesquisa científica e também contribuindo para a preservação de sítios e estruturas de interesse histórico-cultural existentes na área (SARNEY, 1985).

Boaventura (1997:58) define o Parque Estadual de Canudos (PEC) como um “museu vivo da cidadania baiana, onde, em seus 1.321 hectares, os visitantes poderão ver, rever, estudar, refletir e contemplar marcos históricos de uma cultura que não morreu”. Entretanto, será impossível torná-lo propício e recomendável à prática destes usos sem inseri-lo em um amplo programa de políticas públicas voltadas para a valorização das populações em seu entorno. Com a adoção dessas medidas, entendemos que poderá viabilizar-se o surgimento de um conjunto de serviços que dariam “suporte à atividade do turismo, ou seja, o fenômeno do turismo e as alterações por ele provocadas (funcionam) como apropriação capitalista do espaço”, como observa Santos (1979:76).

O PEC compreende uma unidade fenomenológica histórico-cultural e ambiental: os cenários de uma guerra fratricida (1896-97), cujo desfecho teve requintes de crueldade, as andanças de Antônio Conselheiro e as riquezas naturais com seus biomas. Um conjunto assim, com esses aspectos singulares, que, traduzidos como objetos de provável interesse turístico, em escala mundial, pode se constituir em um produto de forte e diferenciada atração pública, mas tão-somente na medida em que ofereça infraestrutura adequada aos visitantes. Nessa perspectiva, sugere-se a inserção do Parque Estadual de Canudos como produto turístico, o que já vem sendo recomendado por excursionistas irregulares, inclusive pesquisadores, procedentes de diversos lugares do Brasil e de outros países. exterior.

Por tudo que o constitui e significa, PEC, hoje, é a maior atração turística fixa em Canudos. Como sublinha Boaventura (2006), o PEC é um referencial da memória e da autoestima nacional, a exemplo dos parques europeus de Waterloo (Bélgica) e Arromanches (França) e dos norte-americanos Gettysburg (Pensilvânia), Jamestown (Virgínia), Williamsburg (Nova York) e Yorktown (fronteira da Carolina do Norte com a Virgínia). Além de não contrariar as orientações da União Internacional para Proteção da Natureza (IUCN, 1965),

o PEC oferece uma promissora oportunidade de negócios por ensejar a prática do turismo sertanejo na região (BOAVENTURA, 2006).

Trata-se de um parque, como também assinala Boaventura (1997), que não nasceu do acaso, mas, sim, de uma percepção clara do seu papel de caráter cívico como campo de pesquisas e estudos, especialmente nos domínios histórico e arqueológico, a exemplo dos já realizados pelas Universidades, notadamente a Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Todavia, este equipamento, à exceção dos investimentos iniciais, não vem recebendo aportes que o possibilitem exercer seus fins propostos no ato de criação. Em contrapartida, recebe diariamente delegações de estudantes da Bahia e de outros Estados, de todos os níveis de ensino. Atende, assim, ao que se define como ecoturismo ou turismo ecológico.

E sua área pode-se futuramente estruturar um produto turístico de forte atratividade que atue como fator de aglomeração de empresas mais sensíveis ao ambiente externo e dinâmico da região, como centro da concepção endógena. Nesta concepção, como observa Dias (2005:131), a comercialização dos destinos turísticos assume papel relevante e a estratégia de marketing deve orientar o lugar como produto turístico integral para que o turista possa sentir “toda experiência vivida [...] a partir do momento em que se desloca de seu local de origem até o destino e o seu retorno”.

A exploração e regulamentação dos recursos deverão ser feitas pelos diversos agentes interessados e envolvidos no processo, o que é previsto em legislação federal, a exemplo da gestão público-privada. Posto que a responsabilidade do êxito é de todos, cabe a cada agente a adoção de comportamento obrigatório na conservação e valorização dos recursos endógenos para que possam se constituir em bens fundamentais na produção, repartição de riqueza, criação de ocupações, renda e valorização do destino da população local.

O potencial turístico do PEC, enquanto atrativo, destaca-se, sobremaneira, devido aos demais recursos turísticos que o circundam, os quais, adequadamente planejados poderão tornar-se agregados dinamizadores do turismo no lugar (DIAS, 2005). Este aspecto pode ser comprovado em levantamento realizado por Azevedo (2008) e outros pesquisadores do projeto “A Caminho dos Sertões de Canudos”⁸. Durante as pesquisas realizadas, foram identificados e mapeados vários fatores turísticos locais, como os já citados, mas ainda não suficientemente tratados e reconhecidos. Eles representam mais uma qualidade de todo o conjunto de recursos turísticos denominado “Complexo Histórico-Arqueológico de Canudos” (COMPLEXO..., 2006) ou um verdadeiro “museu a céu aberto” (COSTA: 2006:30), e “Ecomuseu” (ZANETTINI, 2002). Trata-se de um acervo centrado em um bioma propício para uma proposta de desenvolvimento de turismo comunitário que promova a melhoria das condições de vida da população, suscite a atenção das Universidades, o interesse de pesquisadores e estudiosos e a fruição de seus bens naturais e simbólicos por todos os visitantes.

CONCLUSÃO

Visto que a atividade turística pode ser compreendida à luz do conceito de indústria, e entendendo que o Parque Estadual de Canudos, por seus espaços geográficos, é um sítio adequado para que o nativo possa nele reconhecer suas necessidades identitárias e com ele alcançar estágios de desenvolvimento econômico e social cada vez melhores, é de se supor que o município de Canudos, devido a seus recursos naturais e culturais, possa abrigar e circunscrever formalmente uma zona turística. Dessa maneira, acredita-se que o lugar e sua redondeza credenciam-se para obter as vantagens que seus atrativos disponibilizam para quem nele investe, nele desfruta e dele absorve benefícios, como assinala Boullón (2002).

Entende-se que a região de Canudos poderá atuar como um campo de forças capaz de atrair investimentos públicos e privados, gerando focos onde se instalem, do ponto de vista da economia, projetos de *trade* turístico e se formem *cluters* onde incrementem a produção, distribuição e comercialização de arranjos produtivos locais. A legitimidade de empreendimentos assim deverá, porém, ter como equivalente social a efetiva elevação da qualidade de vida da população residente. Sem este propósito, e sua consecução, será possível criar-se uma estrutura político-administrativa capacitada e proativa, agregadora e sistêmica.

A indústria do turismo, nos moldes sugeridos, responde afirmativamente aos pressupostos da teoria do crescimento elaborada por Perroux (1977), pois sua demanda está atrelada à pujança de outros sistemas econômicos (primário e secundário). Estes, todavia, exigem busca incessante de qualidade dos serviços e produtos prestados em nome do turismo. Além disso, com efeito na dominação exercida pela oferta, isto é, por exemplo, nos atrativos infraestrutura do lugar.

Parafraseando Mello e Silva (2003:7), acredita-se que, havendo em Canudos a constituição de um centro de desenvolvimento turístico, articulado às atividades econômicas tradicionais e emergentes na concepção de zona turística, como indústria principal e geograficamente agrupada pelo seu conjunto de recursos — sejam eles turísticos naturais e culturais — próprios e agregados, urbanos e rurais, prosperará. Principalmente, se os fatores fundamentais para a constituição do sistema de mercado, tráfego e administração, como preconiza Christaller⁹ (1965, apud SPÍNOLA, 2003), estiverem adequadamente articulados com tal propósito.

Considera-se ainda que, simultaneamente, deva-se priorizar a tomada de decisões para a criação e implantação de políticas públicas voltadas para o turismo, na qualidade de indústria-chave, baseadas em planejamento estratégico, incluindo o marketing institucional de relacionamento para formar uma rede de suprimento e ressuprimento de insumos, incluindo-se, neste rol, o contínuo fluxo de turista.

Por todo o exposto, pode-se concluir que o planejamento estratégico, como ferramenta da análise regional, torna-se indispensável para o estudo de intervenções macro e micro na economia, visando ao desenvolvimento de uma região nos âmbitos social, econômico e cultural. Entretanto, o horizonte que se vislumbra — e é o desejo expresso neste texto — só poderá ser alcançado se Canudos tiver a atenção devida do governo do Estado, que, em articulação com o Executivo municipal, promova os meios e modos capazes de superar a depressão econômica e social da região, como revelam os índices de desenvolvimento divulgados pela SEI/2000. O turismo, como se procurou mostrar, pode (e deve) ser um dos focos dessa atenção.

REFERÊNCIAS

- ALFAYA, T. V.. A experiência do projeto via náutica Itapagipe-Ponta de Humaitá: Salvador, Ba. In: SOUZA, C. de A. (Org.). *Turismo cultural: novos desafios*. Salvador: UNIFACS, 2007.
- ANGHER, A. J.. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988 In *Vade Mecum Acadêmico de Direito*. 8ª edição. São Paulo: Rideel, 2009
- AZEVEDO, A. J. B. de. *Desenvolvimento Regional e Turismo: o caso do Parque Estadual de Canudos*. 2008, 276 fs.. Dissertação (Mestrado) – UNIFACS. Salvador.
- BACELAR, T, & BEZERRA, M. L. *Experiências recentes em planejamento: os casos das associações de municípios do Setentrião e do Oeste do Paraná*. Curitiba: Paranacidade, 1999.
- BAHIA, Governo do Estado. Secretaria da Cultura e Turismo. *Século XXI – Consolidação do turismo: estratégia turística da Bahia 2003-2020*. – Salvador: A Secretaria, 2005.

- BOAVENTURA, E.. *O Parque Estadual de Canudos*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia, 1997.
- _____. *Castro Alves: um parque para o poeta*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 2006.
- BOULLÓN, R. C.. *Planejamento do espaço turístico*. Bauru; SP: EDUSC, 2002.
- BRENCHIN, S. R.; *et al* Resident peoples and protected areas: a framework for inquiry. In: WEST, Patrick C. & BRECHIN, Steven R. (ed.). *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. 5-28.
- BRITO, F. E. M.. *Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina*. Salvador: EDUFBA, 2005.
- BUARQUE, S. C.. *Metodologia de Planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Material para orientação técnicas e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília: Gabinete do Ministério Extraordinário da Política Fundiária – MEPF/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, 1999.
- CARVALHO, A. L. P. de. Imagino que vamos viajar – a construção simbólica do turismo por imagens e imaginários. In: *Turismo de base local: Identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.
- CHACON, S. S.. *O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.
- CLAR, G.. *A importância do conhecimento na sustentabilidade*. Salvador: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC/Centro de Recursos Ambientais, 1998.
- COMPLEXO... Complexo historic arqueológico de Canudos. Disponível em <WWW.euclidescanudos.uneb.br/?menu=canudos&submenu=complexo>. Acessado em 10 de março de 2008
- COOPER, C. L. & ARGYRIS, C.. *Dicionário enciclopédico de administração*. São Paulo: Atlas, 2003.
- COSTA, L. A.. Preservação exemplar da memória In Formando e disseminando ensino superior de qualidade em toda a Bahia. Relatório Institucional/UNEB, 2006-2007.
- DEGENNSZAJH, R. R. Desafios da gestão democrática das políticas sociais. In: _____. Capacitação em serviço social e política social. Módulo 3. Brasília: UnB/CEAD, 2000
- DIAS, R.. *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2007.
- _____. *Planejamento do Turismo- Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003a.
- _____. *Sociologia do Turismo*. São Paulo: Atlas, 2003b.
- _____. *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Atlas, 2005.
- DIAS, R. & AGUIAR, M. R. *Fundamentos do Turismo: conceitos, normas e definições*. Campinas: Alínea, 2002.
- FARIA, D. S. & CARNEIRO, R. K.. Sustentabilidade Ecológica e Ecoturismo. In: *Espaço e Geografia*. UNB, v3, janeiro-julho de 2000, pp.37-45
- FERREIRA, C.. *Espaço, regiões e economia regional*. In: HADDAD, P. R. (Org.) *Economia regional: teoria e métodos de análise*. Fortaleza: BNB/Etene, 1989.
- FINOT, I. Descentralización, transferencias territoriales y desarrollo local. In: *Revista de la CEPAL*. Nº 86, Agosto-2005. (29-46)

- HAWKINGS, D. & KAHN, M. M.. Oportunidades para o turismo ecológico nos países em desenvolvimento. In: THEOBALD, William (org). *Turismo Global*. São Paulo: Futura, 2001, pp.205-218.
- LAGE, B. H. G. & MILONE, P. C. *Economia do Turismo*. São Paulo: Atlas, 2001.
- LEONY, Â.. Circuito do diamante: uma abordagem do ecoturismo na Bahia. In: RODRIGUES, Adyr B. (org). *Turismo e Ambiente: reflexões e propostas*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- LOMBARDO, M. A. & CASTELLA, L. L. C. Turismo ambiental: o caso de Bombinhas (SC). In: RODRIGUES, A. B. (org.) *Turismo e ambiente: reflexões e propostas*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MACHADO, M. de B. T.. Turismo – um conceito socioespacial. In: *Turismo de base local: Identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.
- MELLO E SILVA, S. B.. Teorias de localização e de desenvolvimento regional. In *Revista Geografia*. v. 1, n. 2. SP: Rio Claro, 2003.
- NEIVA, L. P. A.. Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (DLIS): A experiência de Santa Brígida – BA. In: *Revista Canudos/ Universidade do Estado da Bahia*. Centro de Estudos Euclides da Cunha. V.5, n.1/1 (junho de 2001), Salvador: uneb, 2001.
- PEDRÃO, F.. A dimensão regional da sociedade econômica In *Revista de Desenvolvimento Econômico*. ano 1, n. 2. Salvador, junho de 1999.
- PELLEGRINO, E. B.. *A Caminho dos Sertões de Canudos. Anteprojeto: Planejamento Estratégico do Turismo na região de Canudos* (Texto mimeografado). UNEB/DCH-I, Salvador, 2008.
- PEREZ, B. & CARRILLO, E. *Desarrollo Local: manual de uso*. Madrid: ESIC, 2000.
- PERROUX, F.. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacque (Org.). *Economia Regional*. Cedeplar, 1977.
- PIRES, P. S.. Interfaces ambientais do turismo. In MARINHO, A. & BRUHNS, H. T. (org.). *Turismo, lazer e natureza*. São Paulo: Manole, 2003.
- RODRIGUES, A. B.. (org.) *Turismo e Ambiente: reflexões e propostas*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- RODRIGUEZ, J. M. M.. Turismo y desarrollo sostenible en America Latina. In: SEABRA, Giovanni (org.). *Turismo de base local: Identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: editora Universitária/UFPB, 2007.
- ROZEMBERG, J. E.. Turismo Social e seu papel transformador. In: Boletim PEGS – Programa de Estudos em Gestão Social. (Coord.) TENÓRIO, Fernando G. Gestão Social. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 30, n. 4, p. 171-174, 1996.
- RUSCHMANN, D. V. M.. Planejamento e ocupação do território através da expansão da atividade turística: condicionamentos básicos a partir da questão ambiental. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.) *Turismo e ambiente: reflexões e propostas*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- SANTOS, M.. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- SARNEY, J.. *Decreto Nº 91.655: Parque Nacional da Chapada da Diamantina*. Brasília, 1985. Disponível em < http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraDocLegal.php?seq_uc=15&seq_tp_documento=3&seq_finalidoc=7>. Acessado em 02 de maio de 2009.
- SASAKI, K.. Considerações sobre a Teoria Clássica da localização na economia Regional. In: *Cadernos de Análise Regional/ Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador*. Ano 9, v. 5, n 1, (nov. 2006). Salvador: Universidade Salvador, 2006a.
- _____. *Turismo e sustentabilidade: a experiência do artesanato de palha de Porto de Sauípe – BA*. Salvador: Sathyarte, 2006b.

SEABRA, G.. Turismo Sertanejo – a cultura regional e o desenvolvimento local. In: *Turismo de base local: Identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

SEI. Sistema de dados estatísticos: Canudos. 2000. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/side/frame_tabela.wsp?tmp.tabela=T164&tmp.volta=>>. Acessado em 20 de abril de 2009.

SILVA, J. A. & PERNA, F.. Turismo e desenvolvimento auto-sustentado. IN: *Compêndio de Economia Regional. Parte II Temáticas Específicas*. Portugal: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR), 2002.

SILVEIRA, M. A. T. Política de Turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (org.) *Turismo rural: práticas e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2001.

SPÍNOLA, C. de A. *Ecoturismo em espaços naturais de proteção integral no Brasil o caso do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Bahia*. Barcelona: Universidade de Barcelona, Faculdade de Geografia e História, 2005.

SPÍNOLA, N. D.. *Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia*. Salvador: Universidade Salvador – Unifacs/Departamento de Ciências Sociais Aplicadas II/ Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, 2003.

ZANETTINI, P. E. Etapa II O Salvamento Arqueológico Emergencial do Arraial de Canudos. In: *Arqueologia e Reconstituição Monumental do Parque Estadual de Canudos*. Salvador: UNEB/CEEC, 2002.

Notas de Rodapé

¹ Topônimo traduzido da palavra inglesa *empowerment*, usado nas ciências sociais aplicadas, cuja tradução empoderamento refere-se à transmissão para pessoas ou comunidades, das chamadas minorias, de conhecimentos necessários para que estes agentes possam, a partir de dado momento da capacitação, exercer o poder de decisão compartilhada, parcial ou totalmente. (COOPER & ARGYRIS, 2003).

² MARINHO, A. & BRUHNS, H. T. (org.). *Turismo, lazer e natureza*. Barueri, SP: Manole, 2003.

³ Hoje em dia, a descentralização política cobra uma nova importância, já não somente para avançar o *status* de cidadania e inclusão social e sim, também, em desenvolvimento econômico. (TRADUÇÃO DO AUTOR)

⁴ Um verdadeiro modelo de turismo sustentável deverá ter como fundamento a localidade que se quer operar, tendo como suporte, espacial o lugar, que é a base para a existência das comunidades e da cultura local. E, neste sentido a concepção de turismo de paisagem, como uma modalidade de análise científica, como objeto de desenho e de gestão social, pode converte-se em uma ferramenta efetiva na hora de potencializar e mobilizar a população para construir e conquistar a sustentabilidade nos processos de exploração turística. (TRADUÇÃO DO AUTOR)

⁵ ROCHA NETO, J. M. da. Reflexões sobre o turismo na atualidade. In *Revista Múltipla*, v. 3, n. 5. Brasília, 1997.

⁶ ZIFFER, K. *Ecotourism: the uneasy alliance*. Washington: Ernst y Young, 1989.

⁷ COHEN, E. The sociology of tourism: approaches, issues, and findings. In: APOSTOLOPOULOS, Yorghos; LEIVADI, Stella; YIANNAKIS, Andrew. *The sociology of tourism*. 5. Ed. Londres, New York: Routledge, 2002. p. 51-71.

⁸ Projeto vinculado à UNEB, desde 2006, com atuação nos municípios de Canudos, Euclides da Cunha, Monte Santo e Uauá, juntamente com as comunidades locais fez-se um diagnóstico visando o desenvolvimento sustentável da região, por meio da atividade turística de base local.

⁹ CHRISTALLER, Walter. *Le località Centrali della Germânia Meridionale*. Milano: Franco Angeli Editore, 1965.